

PROCESSO TCE N° 132.231

ENTIDADE: Fundação do Bem Estar Social - Funbesa

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação do Bem Estar Social - Funbesa, exercício de 2018.

RESPONSÁVEL: Gabriel Maia Gelpke

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 11.842/2020

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE COM RESSALVA. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.

1. Constatada falha formal que não representa prejuízo ou risco de dano patrimonial (infringência aos artigos 94 a 97, da Lei n. 4.320/64), embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Prestação de Contas julgada regular, com ressalva.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1400ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS da FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL - FUNBESA**, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**, considerando-a **REGULAR, COM RESSALVA**, valendo como ressalva a infringência aos artigos 94 a 97, da Lei n. 4.320/64; **2) REMETER** cópias dos Acórdãos proferidos nestes autos e na Prestação de Contas n. 19.006.2014-01, relativa ao exercício de 2013 (n. 9.252/2015), ao atual Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL – FUNBESA**, para conhecimento e adoção das providências necessárias e **3) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 30 de abril de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 132.231

ENTIDADE: Fundação do Bem Estar Social - Funbesa

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação do Bem Estar Social - Funbesa, exercício de 2018.

RESPONSÁVEL: Gabriel Maia Gelpke

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL - FUNBESA**, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**¹.
2. Em 02 de maio de 2018, as contas foram enviadas eletronicamente à esta Corte, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, *h*², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.
3. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 40) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, por meio da 3ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares, com ressalva**, as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL - FUNBESA** (fls. 97/101).
4. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, o i. Procurador Dr. Sérgio Cunha Mendonça manifestou-se pela regularidade, com ressalva, das contas apresentadas, com fundamento no artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93 (fls. 112/113).
5. É o Relatório.
6. Rio Branco, 30 de abril de 2020.

¹ Diretor Presidente durante o exercício de 2018;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

h) Autarquias, Fundos e Fundações Públicas Estaduais.

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 132.231 (Acórdão n. 11.842/2020/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 132.231

ENTIDADE: Fundação do Bem Estar Social - Funbesa

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Fundação do Bem Estar Social - Funbesa, exercício de 2018.

RESPONSÁVEL: Gabriel Maia Gelpke

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas da **FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL - FUNBESA**, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013 (4ª edição do Manual de Referência), tendo sido encaminhada tempestivamente e com documentação necessária ao seu processamento (Anexo VI);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado (fls. 03/54), conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, inclusive com a indicação de profissional da área de contabilidade⁵, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados;

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

⁵ Thayta Cristina de Oliveira Araújo - Portaria SEDS nº 145, de 28.12.2012 e Decreto n. 8.869, de 30-12-2014;

Processo TCE n. 132.231 (Acórdão n. 11.842/2020/Plenário)

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

c) o Órgão apresentou as “Declarações de Nada Consta” para os itens IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIV do Anexo VI⁶, da Resolução n. 87/2013, atendendo dessa forma o disposto do § 3º do artigo 2º da referida Resolução⁷, cabendo destacar que não houve movimentação de recursos financeiros no exercício;

d) prosseguindo, a diminuta, quase irrisória, destinação de recursos à **FUNBESA** confirma-se pelo teor da Lei Estadual n. 3.370, de 28-12-2017, que estimou receitas e despesas no patamar de R\$ 6,00 (seis reais), e pelo **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**;

e) quanto ao **BALANÇO PATRIMONIAL** e a **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, está registrado o montante de R\$ 2.017.946,08 (dois milhões dezessete mil novecentos e quarenta e seis reais e oito centavos) no imobilizado, sendo oportuno ressaltar que por força do **Acórdão n. 9.252, de 30-07-2015**, prolatado nos autos da Prestação de Contas da FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL - FUNBESA, relativa ao exercício de 2013 (n. 19.006.2014-01)⁸, cabia ao então gestor atuar objetivando identificar e regularizar os bens imóveis da Fundação, não tendo sido apresentados

⁶ Item IV - Justificativa para o cancelamento e prescrição de restos a pagar;

Item V – Relatório da dívida fundada de forma individualizada e com suas especificações;

Item VI - Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo e respectivas conciliações bancárias, inclusive as contas bancárias que apresentarem saldos zerados;

Item VII - Relação de todas as contas bancárias abertas ou encerradas no exercício;

Item VIII - Relatório sintético dos decretos de abertura de créditos adicionais;

Item IX – Demonstrativos dos recursos concedidos, por meio de convênios, acordos, ajustes celebrados, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres e suas alterações, por subvenção, doação, auxílio ou contribuição, justificando os saldos remanescentes de exercícios anteriores e os valores pendentes, ou em aberto, no exercício;

Item X – Demonstrativo de Obras Contratadas e suas alterações;

Item XI – Demonstrativo das concessões e comprovações dos suprimentos de fundos;

Item XII – Demonstrativo das diárias;

Item XIV – Relatório de movimentação do almoxarifado, apresentando o saldo inicial, entradas e saídas e saldo final do exercício findo.

⁷ § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

⁸ Prestação de Contas. Fundação do Bem Estar Social do Acre – FUNBESA. Regularidade com ressalvas. Notificação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre e do atual Gestor da FUNBESA. Remessa de cópia do Acórdão à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com fundamento no inciso II, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, pela: 1) considerar regular com ressalva a Prestação de Contas da Fundação do Bem Estar Social do Acre – FUNBESA, relativa ao exercício de 2013, de responsabilidade do Senhor Antonio Torres, valendo como ressalvas: a) não envio do inventário atualizado dos bens móveis e imóveis; e b) incompletude dos esclarecimentos acerca da movimentação, com o respectivo ato administrativo, dos servidores integrantes do seu quadro de pessoal; e 2) NOTIFICAR: 2.1) o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, para que informe as providências que estão sendo adotadas para extinção da FUNBESA, e consequente aproveitamento dos servidores integrantes do seu quadro de pessoal, ou nova atuação, considerando que pela Lei Estadual nº 192, de 09-07-1968, seus objetivos são a formulação e implantação da política do bem estar social do Estado; 2.2) o atual Gestor da FUNBESA, acerca do teor do Acórdão que vier a ser proferido, bem como para que instaure TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no intuito de proceder ao levantamento dos bens móveis e imóveis pertencentes à referida FUNDAÇÃO, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, bem como informar, em igual prazo, os servidores integrantes do seu quadro de pessoal, sua lotação e o respectivo ato de cessação, de modo a regularizar a situação funcional; 3) REMETER cópia do Acórdão à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária, para acompanhamento. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Processo TCE n. 132.231 (Acórdão n. 11.842/2020/Plenário)

esclarecimentos por ocasião da citação, constatando-se a infringência aos artigos 94 a 97, da Lei n. 4.320/64⁹, em razão da ausência na relação de Bens Imóveis do valor individual de cada bem, impossibilitando a confirmação do montante já mencionado e escriturado na conta Bens Imóveis do Balanço Patrimonial, cabendo classificar a falha como ressalva, com fundamento do artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, bem como determinar a notificação do atual Gestor da Unidade para conhecimento do Acórdão acima mencionada e a adoção das providências necessárias.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, pela:

3.1) APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS da FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL - FUNBESA, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade do **SR. GABRIEL MAIA GELPKE**, considerando-a **REGULAR, COM RESSALVA**, valendo como ressalva a infringência aos artigos 94 a 97, da Lei n. 4.320/64;

3.2) REMESSA de cópias dos Acórdãos proferidos nestes autos e na Prestação de Contas n. 19.006.2014-01, relativa ao exercício de 2013¹⁰, ao atual Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL – FUNBESA**, para conhecimento e adoção das providências necessárias, e

3.2) REMESSA dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 30 de abril de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

⁹ Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

Art. 97. Para fins orçamentários e determinação dos devedores, ter-se-á o registro contábil das receitas patrimoniais, fiscalizando-se sua efetivação.

¹⁰ Acórdão n. 9.252, de 30-06-2015: [...] 2) NOTIFICAR: 2.2) o atual Gestor da FUNBESA, acerca do teor do Acórdão que vier a ser proferido, bem como para que instaure TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no intuito de proceder ao levantamento dos bens móveis e imóveis pertencentes à referida FUNDAÇÃO, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, bem como informar, em igual prazo, os servidores integrantes do seu quadro de pessoal, sua lotação e o respectivo ato de cessão, de modo a regularizar a situação funcional; [...]

Processo TCE n. 132.231 (Acórdão n. 11.842/2020/Plenário)